

O Dia da Mentira

Raphael Góes Furtado - Professor DCN/Ceunes

Em 1º de Abril de 1964 instalou-se uma ditadura empresarial-militar no Brasil, a serviço do grande capital nacional e internacional. Não só se impediu a realização das reformas de base propostas pelo governo de João Goulart, como também foram retirados uma série de direitos dos trabalhadores, como a estabilidade após 10 anos de empresa. A ditadura perseguiu dirigentes sindicais, políticos e estudantis. Destruiu as organizações dos trabalhadores. Demitiu sindicalistas, interviu nos sindicatos, fechou entidades estudantis. Censurou jornais, prendeu, torturou e matou incontáveis opositores. Cometeu genocídio contra povos indígenas e instalou um regime de terror no campo. Sobre a tortura, crime imprescritível de lesa-humanidade, é necessário destacar os requintes de crueldade dedicados às mulheres, com todo tipo de violências sexuais, inclusive a introdução de ratos em suas vaginas, expediente usado pelo ídolo de Bolsonaro e Mourão, o infame torturador brilhante Ustra.

A coincidência da data de primeiro de Abril é a ironia perfeita: instalaram uma ditadura sob o pretexto de “defender a democracia”, um regime corrupto sob o pretexto de “lutar contra a corrupção”, um regime “em defesa da família” que estuprava, um regime “cristão” que matava e torturava...

No final dos anos 1970, quando a crise econômica, com o fim do “milagre brasileiro” se impôs, quando as lutas da classe operária foram retomadas em gigantescas greves, a ditadura começou a ruir. Preocupados com o julgamento por seus crimes, os militares promulgaram uma lei da anistia em que também se auto-anistiavam, igualando os crimes de quem tomou o Estado de assalto para explorar e violentar o povo com quem lutava contra essa violência.

O resultado dessa anistia é que a o Brasil ainda não acertou suas contas com a História. Mesmo após 14 anos de governos ditos progressistas, nenhum militar foi punido por seus crimes. As academias militares, a Escola Superior de Guerra, continuaram ensinando que o golpe militar foi, na verdade, uma “revolução”. Até Dias Tóffoli, presidente do STF, suposto guardião da legalidade, diz que não houve ditadura, mas um regime de militares.

Como não podia deixar de ser, o presidente Jair Bolsonaro, fez hoje um depoimento chamando o dia do golpe de “dia da liberdade”. Da mesma forma, seu vice, general Mourão, que já pregou golpe e falou em auto-golpe, também prestou suas homenagens ao sanguinário regime. Os comandantes das três forças armadas soltaram uma nota dizendo que 31 de março de 64 foi “um marco na democracia”. Tudo isso é resultado da impunidade desses

setores. Sem essa impunidade, um defensor inflamado da ditadura, da tortura, da ocultação de cadáveres, do assassinato em massa, jamais teria chegado à presidência da República.

Apenas a luta da classe trabalhadora é capaz de passar a História a limpo. As ditas “instituições republicanas”, do “Estado democrático de Direito” continuam e continuarão fazendo ouvidos de mercador para as barbaridades ditas pelo presidente, pelo vice e pelos comandantes das forças armadas.

Para que nunca mais se repita, para que essa longa noite nunca mais recaia sobre nosso país, é necessário uma luta implacável contra o sistema que a construiu. A ditadura empresarial militar existiu para garantir o lucro dos mais ricos, explorando ainda mais os trabalhadores. Nas favelas, nas periferias, a ditadura nunca acabou.

Por isso, para garantir democracia de verdade para a ampla maioria da população é necessário por pra fora Bolsonaro e Mourão e construir um governo dos trabalhadores, baseado em conselhos populares, um governo socialista. É isso ou a barbárie. Chega de mentira! Ditadura nunca mais!